Ano XI - Nº 4.494

Sábado, Domingo e Segunda-feira, 28, 29 e 30 de Março de 2015

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

DIÁRIO OFICIAL DO LEGISLATIVO

Salvador, 466 anos de história

Atividades culturais marcam as comemorações pelo aniversário da capital baiana na Câmara

Leia mais na página 3

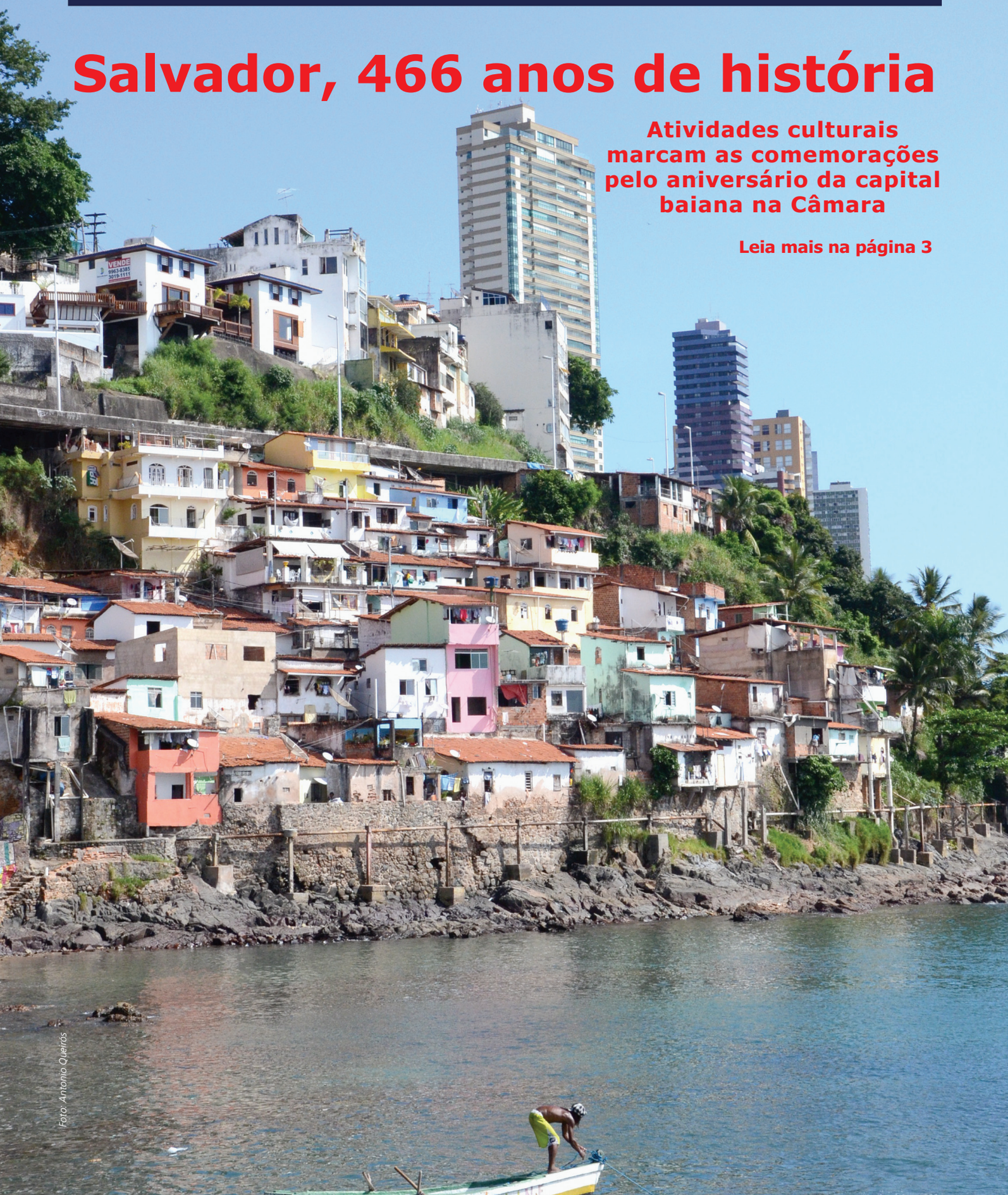


Foto: Antonio Queirós

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR
Criado pela Lei 4.429 de 19 de novembro de 1991

Presidente:
Paulo Câmara
paulocamara@cms.ba.gov.br

1º Vice-Presidente:
Geraldo Júnior
geraldojunior@cms.ba.gov.br

2º Vice-Presidente:
Claudio Tinoco
claudiotinoco@cms.ba.gov.br

3º Vice-Presidente:
Isnard de Araújo
isnardaraujo@cms.ba.gov.br

1º Secretário:
Kiki Bispo
kikibispo@cms.ba.gov.br

2º Secretário:
Orlando Palhinha
palhinha@cms.ba.gov.br

3º Secretário:
Alfredo Mangueira
alfredomangueira@cms.ba.gov.br

4º Secretário:
J. Carlos Filho
jcarlosfilho@cms.ba.gov.br

Corregedor-Geral:
Edvaldo Brito
edvaldobrito@cms.ba.gov.br

Ouvidor-Geral:
Henrique Carballal
henriquecarballal@cms.ba.gov.br

Ouvidora-Substituta:
Cátia Rodrigues
catiarodrigues@cms.ba.gov.br

Secretaria de Comunicação

Secretário-Chefe
Osvaldo Lyra
osvaldo.lyra@cms.ba.gov.br

(71) 3321-3918
(71) 3320-0380 (fax)
www.cms.ba.gov.br
imprensacms@cms.ba.gov.br
imprensacms@gmail.com

Siga a CMS no twitter!
www.twitter.com/camarasalvador

TV Câmara Salvador Canal 10 do Sim TV
Câmara Municipal de Salvador Praça Municipal - CEP 40020-010
Salvador – Bahia – Brasil

ISO 9001 BUREAU VERITAS Certification

Vereadores acompanharão a organização do Carnaval 2016

Nova composição da Comissão do Carnaval foi instalada na quinta-feira (26) na Câmara

Foto: Assessoria do vereador



A Câmara de Vereadores de Salvador instalou, na quinta-feira (26), a Comissão Especial do Carnaval, que será presidida pelo vereador Arnando Lessa (PT). O objetivo do colegiado é discutir, debater e acompanhar todo o processo de realização da festa por parte da prefeitura e governo estadual, do Conselho Municipal do Carnaval (Concar) e dos segmentos interessados, como empresários, entidades carnavalescas e donos de blocos.

Segundo o vereador Arnando Lessa, a Comissão vai contribuir ainda mais para a transparência da festa, com a indicação de ações propositivas. "Queremos sugerir, propor e melhorar as ações desenvolvidas para que a festa se torne cada vez mais democrática, feita pelo povo e para o povo", explica.

O colegiado é composto pelos vereadores Euvaldo Jorge (PP), vice-presidente; Katia Alves (DEM), relatora; Duda Sanches; Everaldo Augusto (PCdoB); Suíca (PT); e Pedrinho Pepê (PMDB).

Apurar denúncias

A Comissão Especial de Carnaval pretende, também, apurar denúncias de negociações financeiras feitas pelos blocos em busca dos melhores espaços nos circuitos carnavalescos. Lessa e os demais membros do colegiado entendem que o Carnaval deve ser democrático, e não pode ser definido somente por aqueles que ganham dinheiro com sua realização. "É preciso ouvir todos os segmentos interessados, direta e indiretamente. Vamos aprofundar essa questão da hierarquia do desfile e discutir a possibilidade de um sorteio para a formação da fila, assim como já acontece nos carnavais do Rio de Janeiro e São Paulo", ressalta o presidente do colegiado.

Os vereadores parabenizaram os governos municipal e estadual pelos avanços no Carnaval 2015, que teve maior participação do folião pipoca e mais trios independentes e sem cordas. "Parabenizamos os governos pelos avanços que aproximaram a festa do folião pipoca, com programações como Furdunço e o carnaval nos bairros", destacaram os vereadores.

Audiências - Uma das primeiras ações do colegiado será a realização de uma audiência pública, ainda em abril, com o Conselho do Carnaval, prefeitura de Salvador, Governo da Bahia, Ministério Público e entidades representativas. Em seguida, será agendada outra audiência com os presidentes da Saltur e da Bahiatursa, Isaac Edington e Diogo Medrado, respectivamente. "A Comissão pedirá a todos os responsáveis projetos e informações que digam respeito à realização da festa em 2016", esclarece Lessa.

A Comissão do Carnaval solicitará do Ministério Público da Bahia o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) que prevê mudanças na festa momesca de 2016. O TAC foi assinado, em janeiro deste ano, pelo MP, Saltur e o Conselho Municipal do Carnaval (Concar). Também será solicitado ao Concar o regulamento da festa aprovado em 2014 e o novo documento proposto.

O colegiado recebeu total apoio político e estrutural do presidente do Legislativo municipal, vereador Paulo Câmara (PSDB). "Assim como os membros da Comissão, o presidente da Casa expressou todo apoio para que o colegiado possa funcionar plenamente e dê os resultados que o plenário espera. Vamos informar todas as decisões ao plenário e às demais representações", destaca o vereador Arnando Lessa.

Atividades culturais marcam aniversário de Salvador na Câmara

Palestra sobre Conjuração Baiana traz reflexão contextualizada sobre a cidade que completa 466 anos

Os 466 anos de Salvador (29 de março) foram comemorados na Câmara Municipal, na manhã de sexta-feira (27), no Centro de Cultura, com palestra sobre a Conjuração Baiana e apresentação do coral da Casa. O presidente do Legislativo, vereador Paulo Câmara (PSDB), abriu a atividade cultural e a professora doutora Patrícia Valim proferiu a aula de história para alunos do Programa Jovem Aprendiz do Senac, Projeto Axé e Isbet.

"Estamos no berço onde o Brasil começou e aqui está a nossa riqueza", destacou o presidente Paulo Câmara durante a saudação aos estudantes. Disse ainda que a educação é responsável pela transformação da vida do jovem. "É por isso que defendo a escola pública em tempo integral", frisou.

Fotos: Reginaldo Ipê



Pesquisadora da Conjuração Baiana, também chamada de Revolta dos Búzios e de Revolta dos Alfaiates, a professora Patrícia Valim falou dos conjurados Lucas Dantas, Manuel Faustino, João de Deus e Luís Gonzaga, enforcados na Piedade e homenageados com bustos, e traçou um panorama da formação do Brasil a partir da Cidade da Bahia, como era chamada Salvador no passado.

Sempre com olhar crítico sobre a história, trouxe argumentos de outros pesquisadores a respeito da participação dos índios no processo de colonização do Brasil. "Os índios estabeleceram conflitos com os portugueses", afirmou, desconstruindo autores que os consideravam passivos diante dos colonizadores.



Câmara comemora 466 anos de Salvador com palestra e apresentação do coral

Engano histórico

Sobre a chegada da nau de Thomé de Souza em terras brasileiras para estabelecer a colônia portuguesa na Bahia, apontou para um novo ponto de vista sobre os degredados que estavam na comitiva do primeiro governador-geral do Brasil. "Sempre nos desqualificam por causa dos degredados, o que é um engano", considerou Patrícia Valim ao explicar sobre as penas destes, vistas não tão graves como fora contado.

Ao final da palestra, assegurou que "Salvador foi a cidade mais importante do império português" e trouxe reflexões sobre a cidade de hoje, onde os espaços públicos são ocupados por detentores de outros poderes, como o econômico.

A atividade teve ainda apresentação do Coral da Câmara, regido pelo maestro Carlos Veiga Filho. "São Salvador", de Dorival Caymmi, foi uma das canções entoadas.

Esperança

Para o estudante Filipe Santos, 17 anos, aluno do Senac, participar do aniversário de Salvador na Câmara significava um novo aprendizado. "Comemorar é importante e desejo a cidade com menos violência e espero que a educação melhore", destacou.

O colega de sala Douglas Bispo, 15 anos, também aprovou a visita à Câmara nas comemorações dos 466 anos de Salvador. "Espero que a cidade melhore em policiamento e tenha mais hospitais", desejou.

Ainda na atividade cultural, os estudantes receberam um exemplar da cartilha em quadrinhos "Meio Ambiente e Cidadania", com a Turma do Xaxado, de autoria de Antonio Cedraz.



Paulo Câmara abriu a atividade que teve aula da historiadora Patrícia Valim

Mulheres se unem na Câmara por mais espaços de poder

Sessão especial homenageou feminista Ana Alice Costa, que morreu em dezembro de 2014

Fotos: Reginaldo Ipê



Vereadora Aladilce Souza presidiu a sessão especial

A representação feminina foi absoluta maioria na manhã de sexta-feira (27), no plenário da Câmara Municipal de Salvador. O debate principal da Sessão Especial Ana Alice Costa, em homenagem a feminista que morreu em dezembro de 2014, girou em torno da necessidade de uma maior participação das mulheres nos espaços de poder.

Com o tema "A Mulher e a Reforma Política", a solenidade foi promovida pela Comissão de Defesa dos Direitos das Mulheres da Câmara de Salvador. A presidente do colegiado, vereadora Aladilce Souza (PCdoB) lembrou os importantes avanços históricos alcançados, mas alertou que ainda há muita luta pela frente.

"Sabemos que ainda precisamos avançar muito em relação aos direitos das mulheres. Ocupamos somente cinco das 43 cadeiras desta Casa. Precisamos avançar no debate, continuar levantando a bandeira da reforma política para que possamos ocupar cada vez mais espaço as esferas de poder", declarou Aladilce Souza.



Plateia foi formada quase que totalmente por mulheres

Representantes das causas feministas marcaram presença na sessão especial. As deputadas Alice Portugal (PCdoB) e Moema Gramacho (PT), duas das três representantes das mulheres na Câmara Federal, enalteceram a importância da união para conquistar igualdade de direitos.

"No Congresso, ocupamos somente 51 das 513 cadeiras. Os homens ainda têm uma resistência muito grande ao verem uma mulher numa posição de destaque. Até uma tentativa de golpe foi cogitada justamente quando temos uma mulher na Presidência. É tudo mais difícil para nós", avaliou Alice Portugal.

Integrante da Comissão Especial da Reforma Política na Câmara Federal, Moema Gramacho acredita que é desigual a disputa entre homens e mulheres nos espaços de poder. "Precisamos acabar com o financiamento empresarial de campanhas políticas. É uma verdadeira troca de favores e o dinheiro não pode falar mais alto do que os ideias", ponderou.

Ainda marcaram presença na sessão especial os vereadores Arnando Lessa (PT), Cátia Rodrigues (Pros), Kátia Alves DEM) e Vânia Galvão.



Homenagens

Além de apresentações artísticas do Coral de Servidores da Câmara e da poetiza Conceição Castro na sessão especial, uma placa foi entregue à mãe e ao filho da feminista Ana Alice Costa, em reconhecimento às ações realizadas pela luta por igualdade de direitos.

A homenageada da sessão, Ana Alice Costa, tratou de temas duros em sua militância e pesquisa acadêmica. Lembrada pela serenidade, falava da autonomia da mulher no país e da luta contra a violência. Fundou o primeiro grupo de pesquisa sobre questões de gênero no estado, na Universidade Federal da Bahia.

Dedicou-se às causas feministas, combate à violência doméstica, a legalização do aborto e o estudo da inserção da mulher na política.

Colégio Cidade visita a Câmara Municipal

Atividade integrou as ações da Casa Legislativa em homenagem ao aniversário de Salvador



Fotos: Antonio Queirós



A Câmara Municipal recebeu, na tarde de sexta-feira (27), a visita de um grupo de alunos do 1º ao 5º ano do Colégio Cidade, do bairro do Pero Vaz. No Memorial da Casa, cerca de 50 crianças tiveram acesso à história de Salvador que comemora no domingo (29 de março) 466 anos.

Segundo a diretora do Colégio Cidade, Aurilene Alves, a visita mediada na Casa Legislativa aproxima os jovens alunos da história do Município. "É importante este tipo de atividade porque propicia o contato com a história da cidade e com os conceitos de cidadania", frisou Aurilene.



Após conhecer o acervo do Memorial, professores e alunos se dirigiram ao Plenário Cosme de Farias para conhecer o espaço utilizado pelos vereadores para apresentar propostas de melhoria para a cidade.

A coordenadora pedagógica do Colégio, Lívia Monteiro, disse que a visita despertou a curiosidade das crianças. "Achei interessante vê-los concentrados e perguntando sobre a 'iconografia' do espaço", destacou, se referindo a um dos termos utilizados durante a apresentação.

O Memorial da Câmara é aberto à visitação pública gratuita. O agendamento pode ser feito através do telefone (71) 3320-0380.

Comissão dos Direitos do Cidadão visita Procon

Vereadores combinaram atividades que serão promovidas pelas duas instituições

Para começar com pé direito os trabalhos da Comissão dos Direitos do Cidadão, os vereadores Everaldo Augusto (PCdoB) - presidente, Carlos Muniz (PTN) e Eliel Souza (PV) estiveram no prédio do Procon (Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor), na manhã de quarta-feira (25), para apresentar os objetivos da comissão para o superintendente do órgão, Marcos Medrado. Outra intenção dos vereadores foi firmar parcerias com o órgão, protagonista entre as instituições de defesa do consumidor em Salvador, na articulação de ações em prol dos direitos dos cidadãos.

Foto: Assessoria do vereador



Bastante interessado, Marcos Medrado expôs informações e dados técnicos sobre a atuação da Fundação e, ao final, se colocou à disposição dos parlamentares para promover qualquer tipo de ação em defesa desta bandeira, seja como iniciativa do Procon ou da Comissão.

Atividades

Everaldo Augusto, que é presidente da Comissão na Câmara Municipal, comentou o resultado da reunião: "Em minha opinião, a visita cumpriu suas metas e foi muito objetiva, porque não se tratou apenas de discutir a relação entre duas instituições que têm propostas comuns".

No encontro foi acertada, também, uma série de atividades que serão desenvolvidas tanto pela Comissão como pelo Procon para promover a defesa dos direitos do consumidor, que são todos os clientes dos serviços bancários e usuários de outros serviços prestados na cidade. "Eu acho que, com isso, a Comissão já começa bem o trabalho se credenciando junto a essas instituições que batalham pela defesa dos direitos do cidadão", argumentou.

Câmara sedia debate sobre as condições de trabalho do Salvamar

Audiência pública no Centro de Cultura foi requerida pelo vereador Everaldo Augusto

Fotos: Valdemiro Lopes



Evento realizado no auditório do Centro de Cultura

A Câmara Municipal de Salvador promoveu, na tarde de quinta-feira (26), uma audiência pública para discutir as condições de trabalho do Salvamar (Salvamento Marítimo de Salvador). Requerido pelo vereador Everaldo Augusto (PCdoB), o evento reuniu, no auditório do Centro de Cultura da Casa, profissionais e lideranças da categoria.

Segundo o vereador Everaldo Augusto, o objetivo da audiência é chamar a atenção da Prefeitura de Salvador para o estado de abandono que os profissionais de salvamento aquático enfrentam. "Não justifica que cidades menores sejam mais equipadas que Salvador", frisou.

De acordo com o presidente do Sindicato dos Servidores da Prefeitura do Salvador (Sindseps), Everaldo Braga, o Executivo vem desrespeitando a população ao ignorar o trabalho realizado pelo Salvamar. "O prefeito ACM Neto deveria respeitar as pessoas. Quando não se oferece condições de trabalho aos salva-vidas, você não dá qualidade de vida aos cidadãos", afirmou Braga.

Dentre as reivindicações da categoria, destacam-se a falta de manutenção na piscina de treinamento da sede, a disponibilização de materiais de atendimento pré-hospitalar, a reestruturação dos postos de observação, além da necessidade de realização de concurso público. Ainda segundo Everaldo Braga, a titular da Secretaria Municipal de Ordem Pública (Semop), Rosemma Maluf, "em nenhum momento fala em dar condições de trabalho a estes profissionais". A Semop é a responsável pela gestão do Salvamar, que há 33 anos presta serviço à população.



Alto custo

"Quanto custa um salvamento?". Com este questionamento o coordenador de cursos Antônio Barbosa alerta os poderes públicos para a importância de investimento na área. Segundo ele, aplicar em equipamentos e condições de trabalho seria mais viável que o gasto com internamentos em unidades públicas de saúde.

Os dados apresentados pelo coordenador apontam que entre 2008 e 2011 ocorreram 34 mil incidentes de afogamento. Destes, 27 mil resultaram em mortes. O gasto total com estes casos rende o saldo negativo de R$ 6, 3 bilhões ao governo.

Ajustamento de conduta

Ao final da audiência pública, o vereador Everaldo Augusto explicou que as reivindicações expostas no evento serão encaminhadas ao Ministério Público (MP-BA) para que este intervenha no impasse através do setor de Patrimônio e Gestão Pública. O objetivo, segundo ele, é que a Prefeitura assine um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) e se comprometa a resolver a situação oferecendo equipamentos e condições de trabalho aos profissionais.

O coordenador de Serviços do Salvamar, João Luís Gomes, e o presidente da Associação Baiana de Salvamento Aquático (Abasa), Pedro Barreto, também integraram a mesa de trabalho.

CÂMARA MUNICIPAL

17ª SESSÃO ORDINÁRIA
3º PERÍODO LEGISLATIVO
17ª LEGISLATURA
REALIZAÇÃO: 31 DE MARÇO DE 2015 - 14h30min.

1 - EXPEDIENTE

1.1. Leitura, Discussão, votação da Ata (2º secretário)
1.2. Leitura do Expediente (1º secretário)

1.3. Inscrição **Pinga-Fogo** (5 minutos)

1 -
2 -
3 -
4 -
5 -

Representações partidárias (tempo)

Ordem	*Partido*	*Tempo em minutos*
1	L/G	05'
2	L/O	05'
3	PP	05′
4	PSL	10′
5	PEN	05′
6	PSD	05′
7	PPS	05′
8	DEM	10′
9	PTB	05′
10	PR	05′
11	PT	15′
12	PTN	10′
13	PROS	05′
14	PMDB	10′
15	PCdoB	10′

EXPEDIENTE DA MESA

ATO N.º 662/2015 – A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR, no uso de suas atribuições, **RESOLVE**:
Exonerar do Cargo em Comissão de Diretor Legislativo, Classe **CC 80** o Sr. **BENIGNO BRITO MOREIRA,** cad. 8.233, a partir de 30 de março de 2015. Salvador, 27 de março de 2015.

ATO N.º 663/2015 – A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR, no uso de suas atribuições, **RESOLVE**:
Nomear para exercer o Cargo em Comissão de Diretor Legislativo, Classe **CC 80** o Sr. **CARLOS LIMA CAVALCANTI NETO,** cad. 15.683, a partir de 30 de março de 2015. Salvador, 27 de março de 2015.

PAULO CÂMARA
Presidente

CLISTENES BISPO
1º Secretário

ORLANDO PALHINHA
2º Secretário

EXPEDIENTE DA PRESIDÊNCIA

DECISÃO

A Câmara Municipal de Salvador – CMS, torna público para conhecimento dos interessados, o seguinte:

Pregão Eletrônico: nº 09/2015
Processo nº: 490/2014

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços presenciais e não presenciais de desenvolvimento com transferência de tecnologia, documentação, implantação, manutenção, testes e suporte de sistemas de informação com estimativa de 39.600 horas/homem.
Recorrente: FUNDAÇÃO ADM.

Do Recurso:

Trata-se de Recurso Hierárquico interposto pela licitante Fundação ADM contra decisão na qual o Pregoeiro rejeitou a impugnação ao Edital nº 09/2015.
Em síntese, aduziu o Recorrente que o Termo de Referência não especifica de forma adequada as condições em que o serviço será prestado, razão pela qual o Edital seria inapto para selecionar a melhor proposta ante às necessidades do Poder Público. Ainda segundo a Recorrente, a mera referência à "quantidade de horas/homem" seria excessivamente genérica, porquanto "o Termo de Referência não cita sobre a infraestrutura necessária para os trabalhos a serem desenvolvidos". Advertiu, outrossim, que o prosseguimento da licitação "ensejaria uma total falta de garantia do ente público quanto à efetiva produtividade do eventual Contratado".
Nesta linha argumentativa, pleiteou a retificação do Edital, com a supressão dos supostos vícios. Ciente da interposição do Recurso, o Pregoeiro reiterou o posicionamento outrora externado e submeteu a matéria à Instância Recursal.

É o Relatório.

A doutrina especializada adverte que todo ato administrativo pode e deve passível de controle, seja pela via do recurso administrativo, seja pela via jurisdicional (respeitados, nesta hipótese, os limites inerentes ao princípio da separação dos Poderes). Tal orientação alinha-se ao perfil democrático enaltecido pela Constituição Federal de 1988, sendo reforçada pelo direito constitucional de petição e pela necessidade de motivação dos atos administrativos.
Em exemplar articulação dos marcos constitucionais pertinentes, confira-se a manifestação de Fernanda Marinela:

> *"Para o Direito Administrativo, a denominação "recurso administrativo", entendida em sentido amplo, é a expressão que designa todos os meios postos à disposição dos administrados para provocar o reexame dos atos da Administração, A possibilidade de interposição de recurso representa exercício da garantia constitucional do direito de petição (art. 5", XXXIV, da CF), além dos princípios do contraditório e da ampla defesa (art. 5º, LV, da CF), o que é possível independentemente de previsão expressa" — in* Direito Administrativo, 6ª Edição, Editora Impetus, Ano 2012.

No caso em exame, as razões da Recorrente apontam para elementos de cunho objetivo: por múltiplos fundamentos, a impugnação acusa o fracasso da estrutura editalícia em especificar os serviços a serem desempenhados. Hipoteticamente (repita-se: hipoteticamente), tais argumentações apontam vícios de origem que, acaso confirmados, impediriam o aproveitamento dos atos posteriores. Faz-se pertinente, pois, a referência ao artigo 109, §2º da Lei 8.666/93, aplicável subsidiariamente ao pregão eletrônico:
Isto posto, considerando a relevância da matéria; considerando a previsão do artigo 109, §2º, da Lei Federal 8.666/93; e considerando ainda que o desenvolvimento da fase recursal no pregão eletrônico tende a ocorrer de forma mais célere (característica própria desta modalidade licitatória); **atribuo efeito suspensivo ao Recurso Administrativo interposto**, de modo a sobrestar o desenvolvimento do procedimento licitatório.
Em atenção ao princípio do contraditório, ficam os demais Licitantes intimados para, caso queiram, apresentar contrarrazões ao recurso no prazo comum de 05 (cinco) dias.
Salvador, 27 de março de 2015.

PAULO CÂMARA
Presidente

EXPEDIENTE DA DIRETORIA ADMINISTRATIVA

PROCESSOS DEFERIDOS

ASSUNTO: Aposentadoria

CAD.	Servidor	Nº PROCESSO
9.018	Fernando Oliveira Santos	00286/2015

Assunto: Licença Especial para Gozar

Cad.	Servidora	Proc. nº	Período	Quinquênio (s)	Duração
2.143	Elson Dias	00361/2015	03/08/ a 01/10/2015	4º e 5º	60 dias

EXPEDIENTE DA PRESIDÊNCIA

COMUNICADO Nº 01/2015

O **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR – CMS**, no uso de suas atribuições, e considerando as disposições estabelecidas nos artigos 2º, 52 e 53 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, faz publicar os Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária do Poder Legislativo, relativa ao bimestre janeiro e fevereiro de 2015.

Notas Explicativas:

O Balanço e as Demonstrações apresentadas referem-se ao Orçamento Fiscal, no âmbito da CMS.

Estas informações estarão disponíveis, na Internet, no endereço **http://www.cms.ba.gov.br**

GABINETE DA PRESIDÊNCIA, em 27 de março de 2015.

PAULO CÂMARA
Presidente

MUNICÍPIO DE SALVADOR - PODER LEGISLATIVO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MUNICÍPIO DE SALVADOR - PODER LEGISLATIVO

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º) — Em Reais

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	(a-c)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)							
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	–	–	–	–	–	–	–
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	–	–	–	–	–	–	–
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	–	–	–	–	–	–	–
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	–	–	–	–	–	–	–
DÉFICIT (VI)	–	–	–	–		–	–
TOTAL (VII) = (V + VI)							
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	–	–	–	–	–	–	–
Superávit Financeiro	–	–	–	–	–	–	–
Reabertura de Créditos Adicionais	–	–	–	–	–	–	–

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[2] (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	**153.327.000,00**	**153.327.000,00**	**113.962.464,17**	**113.962.464,17**	39.364.535,83	**18.746.493,37**	**18.746.493,37**	134.580.506,63	18.655.365,41	–
DESPESAS CORRENTES	**149.237.000,00**	**149.237.000,00**	**113.962.464,17**	**113.962.464,17**	35.274.535,83	**18.746.493,37**	**18.746.493,37**	130.490.506,63	18.655.365,41	–
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	110.221.000,00	110.221.000,00	104.290.000,00	104.290.000,00	5.931.000,00	15.711.012,95	15.711.012,95	94.509.987,05	15.644.922,65	–
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	–
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	39.016.000,00	39.016.000,00	9.672.464,17	9.672.464,17	29.343.535,83	3.035.480,42	3.035.480,42	35.980.519,58	3.010.442,76	–
DESPESAS DE CAPITAL	**4.090.000,00**	**4.090.000,00**	**0,00**	**0,00**	4.090.000,00	**0,00**	**0,00**	4.090.000,00	**0,00**	–
INVESTIMENTOS	4.090.000,00	4.090.000,00	0,00	0,00	4.090.000,00	0,00	0,00	4.090.000,00	0,00	–
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	**6.329.000,00**	**6.329.000,00**	6.275.000,00	6.275.000,00	54.000,00	809.944,90	809.944,90	5.519.055,10	407.381,25	–
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	**159.656.000,00**	**159.656.000,00**	**120.237.464,17**	**120.237.464,17**	39.418.535,83	**19.556.438,27**	**19.556.438,27**	140.099.561,73	19.062.746,66	–
AMORTIZAÇÃO DA DÍV. / REFINANCIAMENTO (XI)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	**159.656.000,00**	**159.656.000,00**	**120.237.464,17**	**120.237.464,17**	39.418.535,83	**19.556.438,27**	**19.556.438,27**	140.099.561,73	19.062.746,66	–
SUPERÁVIT (XIII)	–	–	–		–	–		–		
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)										

FONTE: Sistema SIGEF, Unidade Responsável: DIRFIN/CMS. Emissão: 27/03/2015
2 Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	(a-c)
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	–	–	–	–	–	–	–

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)										–
DESPESAS CORRENTES										–
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	**6.329.000,00**	**6.329.000,00**	6.275.000,00	6.275.000,00	54.000,00	809.944,90	809.944,90	5.519.055,10	407.381,25	–

PAULO CÂMARA
Presidente

LICIA MARIA FERREIRA AZEVEDO
Contadora CRC/BA 10.107

RAYMUNDO CARLOS NERY FILHO
Controlador

MUNICÍPIO DE SALVADOR - PODER LEGISLATIVO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MUNICÍPIO DE SALVADOR - PODER LEGISLATIVO

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") — Em Reais

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[1] (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)											
LEGISLATIVA	**153.327.000,00**	**153.327.000,00**	**113.962.464,17**	**113.962.464,17**	94,78	39.364.535,83	**18.746.493,37**	**18.746.493,37**	95,86	139.692.180,48	0
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	**6.329.000,00**	**6.329.000,00**	6.275.000,00	6.275.000,00	5,22	54.000,00	809.944,90	809.944,90	4,14	407.381,25	0
TOTAL (III) = (I + II)	**159.656.000,00**	**159.656.000,00**	**120.237.464,17**	**120.237.464,17**	**100,00**	**39.418.535,83**	**19.556.438,27**	**19.556.438,27**	**100,00**	**140.099.561,73**	**0,00**

FONTE: Sistema SIGEF, Unidade Responsável: DIRFIN/CMS. Emissão: 27/03/2015, às <hh:mm:ss>.
1 Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre

PAULO CÂMARA
Presidente

SUZETH CERQUEIRA DE ALMEIDA
Contadora CRC/BA 8.954

RAYMUNDO CARLOS NERY FILHO
Controlador

MUNICÍPIO DE SALVADOR- PODER LEGISLATIVO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO-FEVEREIRO 2015 / BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

RREO - ANEXO 7 (LRF, art. 53, inciso V) — R$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS				
	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2014				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2014			
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)										
LEGISLATIVO	0,00	21.123,25	0,00	21.123,25	0,00	0,00	400.364,72	0,00	228.023,12	172.341,60
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	0,00	**21.123,25**	**0,00**	**21.123,25**	**0,00**	**0,00**	**400.364,72**	**0,00**	**228.023,12**	**172.341,60**

NOTA: CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR
FONTE: Sistema SIGEF, Unidade Responsável DIRFIN/CMS, Data da emissão 26/03/2015

PAULO CÂMARA
Presidente

HILTON DE ABREU SANTA RITTA
Contador CRC/BA 6.516

RAYMUNDO CARLOS NERY FILHO
Controlador

Mês da Mulher

A Câmara Municipal de Salvador parabeniza todas as mulheres pelo avanço nas lutas por mais direitos e espaços políticos



Acesse o Portal da Câmara Municipal de Salvador

www.cms.ba.gov.br

twitter.com/camarasalvador

facebook.com/camaradesalvador